



CASA DO MICROCRÉDITO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Associados da
CASA DO MICROCRÉDITO
Tubarão - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CASA DO MICROCRÉDITO** (“Organização”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superavit, da demonstração do superavit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASA DO MICROCRÉDITO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Organização ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Organização são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da organização.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma (SC), 08 de março de 2022.


MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

CASA DO MICROCRÉDITO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	1.816.787	6.871.100
Operações de Crédito	4.2	14.059.079	10.992.588
Adiantamentos	4.3	82.981	51.361
Mútuo com Parte Não Relacionada	4.4	158.969	145.717
Outros Créditos	4.5	42.546	31.878
Despesas a Apropriar		6.894	40.792
Total do Ativo Circulante		16.167.256	18.133.436
NÃO CIRCULANTE			
Operações de Crédito	4.2	7.368.713	5.627.738
Mútuo com Parte Não Relacionada	4.4	490.153	649.126
Total do Realizável a Longo Prazo		7.858.866	6.276.864
Investimentos	4.6	582.894	444.061
Imobilizado	4.7	193.122	193.279
Intangível	4.8	30.002	39.120
Propriedades para Investimento	4.9	583.352	583.352
Total do Ativo Não Circulante		9.248.236	7.536.676
TOTAL DO ATIVO		25.415.492	25.670.112

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Contas a Pagar	5.1	53.237	48.411
Obrigações Sociais	5.2	381.083	341.836
Obrigações Tributárias	5.3	42.873	33.819
Empréstimos e Financiamentos	5.4	4.060.505	3.772.875
Outros Valores a Pagar		30.802	26.561
Total do Passivo Circulante		4.568.500	4.223.502
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	5.4	8.655.930	10.248.645
Provisões para Contingências	5.5	72.216	83.484
Total do Passivo Não Circulante		8.728.146	10.332.129
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social	6	11.114.481	11.005.268
Superávit Acumulado		1.004.365	109.213
Total do Patrimônio Social		12.118.846	11.114.481
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		25.415.492	25.670.112

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO**DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**

(Em Reais)

		2021	2020
Receita com Programas de Crédito	8.1	7.791.423	5.843.654
Custo com Programas de Créditos	8.2	(2.849.964)	(2.068.839)
Superávit Bruto		4.941.459	3.774.815
<i><u>Despesas Operacionais</u></i>			
Despesas com Pessoal		(2.498.996)	(2.230.488)
Despesas Administrativas		(1.120.869)	(943.632)
Despesas Comerciais	8.3	(575.228)	(607.253)
Outras Receitas (Despesas)	8.4	224.255	161.014
Total das Despesas Operacionais		(3.970.838)	(3.620.359)
Superávit Antes do Resultado Financeiro		970.621	154.456
Receitas Financeiras	8.5	594.038	561.440
Despesas Financeiras	8.5	(560.294)	(606.683)
Superávit do Exercício		1.004.365	109.213

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do Exercício	1.004.365	109.223
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Superávit Abrangente do Exercício	1.004.365	109.223

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM
 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulados	Patrimônio Social Total
Nota	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2019	10.232.327	772.941	11.005.268
Transferência para Patrimônio Social	772.941	(772.941)	-
Superávit do Exercício	-	109.213	109.213
Em 31 de dezembro de 2020	11.005.268	109.213	11.114.481
Transferência para Patrimônio Social	109.213	(109.213)	-
Superávit do Exercício	-	1.004.365	1.004.365
Em 31 de dezembro de 2021	11.114.481	1.004.365	12.118.846

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	1.004.365	109.213
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	69.511	45.101
Provisão para Contingência	(11.268)	(11.595)
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contratos a Receber	(4.807.466)	(3.090.046)
Adiantamentos	(31.620)	49.437
Outros Créditos	(10.668)	(12.799)
Despesas a Apropriar	33.898	(40.791)
Mútuo com Parte Não Relacionada	145.721	-
Obrigações Sociais	39.247	7.872
Obrigações Tributárias	9.054	(392)
Outras Contas a Pagar	9.067	20.700
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>(3.550.159)</u>	<u>(2.923.300)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição de Ativo Imobilizado e Intangível	(60.236)	(148.289)
Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.480
Baixa de Propriedades para Investimento	-	5.199
Variação de Investimentos	(138.833)	(46.748)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	<u>(199.069)</u>	<u>(187.358)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(1.305.085)	2.315.522
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(1.305.085)</u>	<u>2.315.522</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.054.313)</u>	<u>(795.136)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.871.100	7.666.236
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.816.787	6.871.100

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa do Microcrédito é uma Organização Civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, à Avenida Marcolino Martins Cabral, nº 1938 – Centro. Em 26 de julho de 2002 foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei n. 9.790/99. Seus objetivos consistem em:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- II. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- III. Apoiar empreendedores de baixa renda, através da concessão de crédito e orientação, visando à criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV. Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda através da concessão de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis novos ou usados, formação profissional, tratamento de saúde, melhorias do meio de transporte e habitação, visando o aumento da renda familiar e da capacidade empreendedora dos beneficiários;
- V. Promover, com recursos livres, assistência creditícia a empreendedores cujas condições diferenciadas no que se refere ao grau de risco possa resultar em ativos financeiros de maior rentabilidade de forma a assegurar suporte financeiro para ações de cunho social;
- VI. Prestar assistência técnica e capacitação a micro e pequenos empreendedores e seus empregados visando à melhoria da gestão e o aumento da competitividade dos empreendimentos;
- VII. Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor;
- VIII. Participar do capital social de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação em vigor e normas do Banco Central do Brasil, bem como de empresas desenvolvedoras de sistemas informatizados, empresas de tecnologia financeira denominadas “Fintechs” e microsseguradoras;
- IX. Buscar como resultado da gestão da instituição o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o desempenho social, com procedimentos alinhados com os padrões universais de gestão de desempenho social, através da observância de princípios para proteção aos clientes externos e internos com transparência, dentro de um contexto de práticas responsáveis e crédito orientado;
- X. Promover a educação e inclusão financeira do público alvo através da utilização de plataformas eletrônicas, meios eletrônicos de pagamentos, contas digitais, máquinas de cartões e aplicativos, de acordo com legislação em vigor que regula os Arranjos de Pagamentos no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, as quais levam em conta as normas para Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1), ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração da instituição autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 08 de fevereiro de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras. São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5 Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

3.6 Registro de Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Ativos

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é reconhecida nos percentuais estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, levando-se em consideração a análise de garantias e a experiência da instituição com seus clientes. O reconhecimento em perdas ocorre quando há 360 dias de atraso.

3.7 Bens Não de Uso Próprio

Os Bens Não de Uso Próprio estão reconhecidos pelo valor de custo na data da transação, tem sua origem bens originados em operações recebidas em dação em pagamento.

3.8 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

3.9 Ativo Imobilizado

Os valores constantes no Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas.

As depreciações sobre os itens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

3.10 Intangível

Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário.

3.11 Passivo Circulante e Não Circulante

O Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os juros, correção monetária, as variações monetárias correspondentes, e deduzidos das despesas a apropriar.

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e estão em conformidade com seus efetivos valores históricos.

3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar aos terceiros, e, subseqüentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Organização tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15 Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.16 Isenções Tributárias

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a Entidade possui isenção do Imposto Renda Pessoa Jurídica e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme o Art. 174 do Decreto nº 3.000/99 e Art. 15 da Lei n.9.532/97.

3.17 Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. ATIVO

4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes compreendem aos depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão demonstradas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Banco Contas Operacionais	583.275	200.629
Aplicações Financeiras	1.233.512	6.670.471
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.816.787	6.871.100

As aplicações financeiras são remuneradas de 100% a 103% do CDI (igualmente em 2020) e tem seu vencimentos até 30 dias.

4.2 Operações de Crédito

O montante de créditos operacionais corresponde a empréstimos concedidos e registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos líquidos de juros a receber.

Operações de Créditos	31.12.2021		31.12.2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cientes de Microcrédito - BADESC	6.817.048	3.520.913	5.172.449	2.131.259
(-) Juros a Receber Microcrédito - BADESC	(1.971.033)	(754.121)	(1.314.162)	(407.854)
Cientes Fundo Próprio	27.847	24.682	58.284	41.985
(-) Juros a Receber Fundo Próprio	(6.751)	(3.242)	(12.430)	(5.809)
Cientes de Programa Juro Zero	3.645.096	3.260	2.210.476	107.789
(-) Juros a Receber Juro Zero	(296.732)	(724)	(225.197)	(18.557)
Cientes de Fundo Próprio Recebíveis	78.688	-	190.604	-
(-) Juros a Receber Fundo Próprio Recebíveis	(3.091)	-	(5.272)	-
Cientes de Fundo Próprio Refinanciados	530.801	380.115	563.809	372.184
(-) Juros a Receber Fundo Próprio Refinanciados	(143.682)	(144.236)	(140.304)	(126.537)
Cientes de Microcrédito Oikocredit II	727.497	124.369	2.919.919	1.003.098
(-) Juros a Receber Oikocredit II	(130.923)	(19.881)	(691.993)	(189.302)
Cientes Direitos Creditórios	883.214	-	940.153	-
(-) Juros a Receber Direitos Creditórios	(34.162)	-	(31.884)	-
Cientes de Microcrédito Oikocredit III	7.294.247	5.596.098	3.160.016	3.759.228
(-) Juros a Receber Oikocredit III	(2.457.572)	(1.358.520)	(1.210.709)	(1.039.746)
Total Bruto	14.960.492	7.368.713	11.583.759	5.627.738
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(901.413)	-	(591.171)	-
Total Operações de Crédito	14.059.079	7.368.713	10.992.588	5.627.738

4.2.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

As distribuições das operações de crédito segundo a classificação por níveis de risco encontram-se assim demonstrados:

Dias de atraso	Nível de risco	31.12.2021			31.12.2020		
		Total	%Provisão	Valor	Total	%Provisão	Valor
em dia	AA	17.805.729	0,50%	89.029	14.398.330	0,50%	71.992
01 a 14	A	1.334.809	0,50%	6.674	909.126	0,50%	4.546
15 a 30	B	896.639	1,00%	8.966	451.203	1,00%	4.512
31 a 60	C	883.066	3,00%	26.492	392.920	3,00%	11.788
61 a 90	D	400.201	10,00%	40.020	254.981	10,00%	25.498
91 a 120	E	247.106	30,00%	74.132	399.290	30,00%	119.787
121 a150	F	151.115	50,00%	75.558	62.428	50,00%	31.214
151 a 180	G	99.991	70,00%	69.994	71.283	70,00%	49.898
acima de 180	H	510.548	100,00%	510.548	271.937	100,00%	271.937
Total		22.329.205		901.413	17.211.498		591.171

4.3 Adiantamentos

Os adiantamentos encontram-se demonstrados no quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamento de Férias	24.132	20.745
Adiantamento a Fornecedores	714	15.913
Adiantamento de Salários	1.876	110
Adiantamentos- Liberação Conta Digital	56.258	14.593
Total Adiantamentos	82.981	51.361

4.4 Mútuo com Parte Não Relacionada

	31.12.2021	31.12.2020
Micromob Eireli – EPP Curto Prazo	158.969	145.717
Micromob Eireli – EPP Longo Prazo	490.153	649.126
Total Mútuo com Parte Não Relacionada	649.122	794.843

A rubrica de Mútuo refere-se a repasses de recursos à Pólocred SCMEPP Ltda, aprovado pela Ata da sexagésima segunda reunião do Conselho Diretor em 15 de janeiro de 2016. Tais valores serão utilizados pela mutuária para implantação da rede de estabelecimentos credenciados no âmbito do Arranjo de Pagamento junto a Micromob Eireli – EPP, sendo que o mesmo será reembolsado no prazo de 5 anos após carência de 60 meses, sem a incidência de encargo financeiro e/ou atualização monetária, e caucionado por 2.700.000 quotas no valor nominal de 1,00 cada, do capital social da Pólocred – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda.

Conforme o ofício 2017/004, houve redução de gastos no desenvolvimento da Plataforma de Tecnologia de arranjos de pagamentos e com isso houve a isenção do pagamento da última parcela de R\$ 72.258,46, que deveria ser pago em dezembro de 2016. A Micromob Eireli – EPP entende que a não utilização da parcela não compromete o desenvolvimento de arranjos de pagamento proposto no contrato entre a contratante e contratada e nem altera as condições gerais do mesmo.

A Casa do Microcrédito, poderá exigir a quitação do contrato antecipadamente a medida que o volume de negócios dentro da rede de estabelecimento credenciados configure capacidade de pagamento à Micromob Eireli- EPP, de forma que os recursos liberados no âmbito deste instrumento possam retornar ao caixa da Casa do Microcrédito no menor tempo possível, sem prejuízo das prerrogativas constantes em contrato.

A devolução do Mútuo à Casa do Microcrédito será feita em 60 (sessenta) meses com primeiro pagamento realizado em 04 de fevereiro de 2021. Em 2021 houve recebimento no montante de R\$ 145.721. O saldo da dívida está garantido pela pessoa física do sócio.

4.5 Outros Créditos

Os saldos detalhados demonstram valores a receber referente a outros créditos.

	31.12.2021	31.12.2020
Linha sem juros- Crediup - Prefeitura Tubarão	9.628	16.198
Prog. apoio ao empreend. - Juro Zero Imbituba	5.444	12.529
Prog. apoio ao empreend. - Juro Zero Imbituba- turismo	257	-
Prog. apoio ao empreend. - Juro Zero -Prefeitura Gravatá	3.289	-
IRRF a recuperar	12	12
Contas a receber	23.915	3.139
Total Outros Créditos	42.546	31.878

4.6 Investimentos

Os saldos detalhados demonstram os valores das contas de Cota Capital e Fundo garantidor.

	31.12.2021	31.12.2020
Cota Capital Sicredi Sul-SC	206.211	178.051
Fundo Garantidor	376.683	266.010
Total Investimentos	582.894	444.061

A conta investimento é composta por conta Cota Capital do Sicredi-Sul SC avaliados pelo custo de aquisição adicionados as distribuições de sobras e Juros ao capital.

Compõem ainda o saldo, os valores do Fundo garantidor com Associação De Garantia De Crédito Santa Catarina- SC GARANTIAS.

A Associação é constituída como uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Seu com objeto social é dar o apoio ao desenvolvimento econômico e social, proporcionando a seus associados acesso a crédito adequado aos empreendimentos, realizando para atingir seus fins, administração de fundos garantidores e de avais próprios e de terceiros, auditoria nas instituições conveniadas, assessoria administrativa, técnica, econômica, financeira, jurídica e, principalmente, prestação de garantias exclusivamente para Associados Beneficiários na condição de Microempreendedores, Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme enquadramento da legislação em vigor em operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Programas Estaduais de Microfinanças e outros programas operacionalizados com recursos próprios, concedidas exclusivamente por instituições conveniadas e associadas.

4.7 Imobilizado

Os saldos detalhados demonstrando os custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido são abaixo apresentados:

Descrição	Custo Aquisição	Adições	Baixas	(-) Depreciação Acumulada	Saldo Final 31/12/2021	Saldo Final 31/12/2020
Hardware	85.246	11.000	-	(84.282)	11.964	5.968
Móveis e Utensílios	146.353	21.403	-	(110.595)	57.112	44.965
Máquinas e Equipamentos	217.743	20.002	-	(113.699)	124.046	142.346
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	61.392	7.831	-	(69.223)	-	-
Total	510.734	60.236	-	(377.799)	193.122	193.279

4.8 Intangível

Os saldos detalhados demonstrando os custos de aquisição, amortização acumulada e valor líquido são abaixo apresentados:

Descrição	Custo Aquisição	Adições	(-) Amortização Acumulada	Saldo Final 31/12/2021	Saldo Final 31/12/2020
Software	79.692	-	(49.690)	30.002	39.120
Total	79.692	-	(49.690)	30.002	39.120

4.9 Propriedades para Investimento

A organização mantém registrados bens originados em operações recebidas em dação em pagamento.

	31.12.2021	31.12.2020
Terrenos localizados no Município de Tubarão/SC	583.352	583.352
Total Propriedades para Investimento	583.352	583.352

5 PASSIVO

5.1 Contas a Pagar

A rubrica de contas a pagar, refere-se aos pagamentos a efetuar a terceiros por conta de aquisição de bens e serviços e possui os saldos abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores a Pagar	53.237	48.411
Total Contas a Pagar	53.237	48.411

5.2 Obrigações Sociais

As obrigações sociais e trabalhistas são calculadas sobre a remuneração dos colaboradores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo) e com respectivos encargos apropriados pelo regime de competência.

	31.12.2021	31.12.2020
Salários e Ordenados a Pagar	91.568	79.503
Provisão para Férias	232.748	212.310
Encargos Sociais	56.767	50.023
Total Obrigações Sociais	381.083	341.836

5.3 Obrigações Tributárias

As obrigações fiscais e tributárias da Organização estão demonstradas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
PIS s/ Folha a Recolher	1.849	1.638
COFINS a Recolher	395	483
IRRF a Recolher	40.200	31.281
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	429	417
Total Obrigações Tributárias	42.873	33.819

5.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
BADESC	1.540.203	1.482.585
Oikocredit	2.520.301	2.290.290
Total do Circulante	4.060.505	3.772.875
Não Circulante		
BADESC	5.765.773	5.765.774
Oikocredit	2.890.157	4.482.871
Total do Não Circulante	8.655.930	10.248.645
Total de Empréstimos e Financiamentos	12.716.435	14.021.520

	Taxa	Vencimento
BADESC	4% a 5% a.a. +TLP	15/07/2024
Oikocredit	5,5% a 8% a.a + TJLP	08/11/2025

Garantias

BADESC	Reserva de Meios de Pagamento
OIKOCREDIT	Caução de Títulos por Notas Promissórias

5.5 Provisões para Contingências

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão p/ Indenização 1/12 Avos	1.981	872
Cíveis	70.235	82.612
Total Contingências	72.216	83.484

A organização somente mantém provisões para contingências cíveis e trabalhistas cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” e “possível” pelos assessores jurídicos externos. O valor de R\$ 70.235 sobre o montante contabilizado em 31/12/2021 refere-se a processos com probabilidade de perda possível.

Devido aos contratos de Prestação de serviços na Região do Rio Grande do Sul, há um provisionamento de R\$ 1.981 (mil e novecentos e oitenta e um reais) para possível indenização de 1/12 avos.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

São os superávits computados em exercícios anteriores que formam o total do Patrimônio Social da Casa do Microcrédito.

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Social	11.114.481	11.005.268
Total	11.114.481	11.005.268

O superávit do exercício de 2021 foi de R\$ 1.004.365 (Um Milhão e Quatro Mil e Trezentos e Sessenta e Cinco reais).

7. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com o item 19 da ITG 2002/15-R1, que trata de Entidade sem Finalidade de Lucro, a Organização deve reconhecer o valor justo da prestação do serviço voluntário como se este tivesse ocorrido com desembolso financeiro. No exercício não foram realizados trabalhos voluntários.

8. RESULTADO

8.1 Receita com Programas de Crédito

As receitas decorrentes das atividades operacionais estão compostas dos seguintes valores:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional de Empréstimos	6.888.179	5.026.738
Receita Operacional de Recebíveis	268.970	333.632
Taxa de abertura de crédito (TAC)	408.608	293.900
Recuperação de Crédito baixado	225.666	189.384
Total Receita com Programas de Crédito	7.791.423	5.843.654

8.2 Custo com Programas de Créditos

	31.12.2021	31.12.2020
Juros e Encargos s/ Empréstimos	2.219.201	1.567.361
Provisão para Perdas e Contingências	944.794	678.943
Reversão da Provisão para Perdas	(314.031)	(177.465)
Total Custo com Programas de Créditos	2.849.964	2.068.839

8.3 Despesas Comerciais

As despesas comerciais estão demonstradas a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Representantes Comerciais	332.378	362.389
Locomoção/Combustível/Estacionamento	157.876	171.833
Propaganda e Publicidade	84.975	73.031
Total Despesas Comerciais	575.228	607.253

8.4 Outras Receitas (Despesas)

Outras Receitas/Despesas são classificadas no quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita de Honra de Garantias	76.380	80.272
Recebimento Distribuição Dividendos	41.772	39.123
Receitas Maquinas CM Brasil Pay	27.964	32.505
Receita TCG – SC Garantias	-	2.876
Receita Projeto Oikocredit	46.981	-
Recuperação de Despesa c/INSS	27.964	-
Outras Receitas	3.194	6.238
Total	224.255	161.014

8.5 Resultado Financeiro

Os valores registrados na conta de receita financeira referem-se aos juros, multas e taxas administrativas recebidas e receitas de aplicação financeira, e os registros nas contas de despesas financeiras referem-se a descontos concedidos, tarifas e despesas bancárias, conforme destacado abaixo:

Receitas Financeiras	31.12.2021	31.12.2020
Rendimento de Aplicação Financeira	165.646	243.925
Juros/Multas por Atraso	409.547	311.821
Receitas Financeiras Diversas	18.844	5.694
Total das Receitas Financeiras	594.038	561.440
Despesas Financeiras	31.12.2021	31.12.2020
Descontos Concedidos	(371.922)	(466.648)
Despesas Bancárias	(141.055)	(100.647)
Tarifas Diversas	(47.317)	(39.387)
Total das Despesas Financeiras	(560.294)	(606.683)
Resultado Financeiro Líquido	33.744	(45.243)

9. SEGUROS (Não Auditado)

A Organização mantém contratado junto à SOMPO SEGUROS, seguro de seus bens com valores julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. O término da vigência da apólice de seguro está previsto para 31 de janeiro de 2022.

10. IMPACTOS COVID-19

A pandemia mundial causada pela Covid-19, doença provocada pelo novo Coronavírus, motivou a adoção de providências para tentar impedir o avanço da doença, incluindo a restrição de circulação de pessoas e o fechamento, por determinado período, de comércio não essencial e escolas. Esse evento acabou afetando a economia mundial e a economia brasileira, gerando impactos nas operações das entidades brasileiras e outras espalhadas pelo mundo.

A partir de março de 2020, com o início das restrições de mobilidade diante da pandemia relacionada à COVID-19, o cenário mundial teve mudanças significativas, e a Organização vem tendo reflexos negativos em sua operação, por conta redução econômica de seus clientes, diminuídas por medidas de isolamento decretados por entes governamentais

Como consequência, a Organização buscou atender aos anseios da comunidade na qual está inserida, promovendo a prorrogação de prazos e renegociação de contratos de clientes que foram afetados, direta ou indiretamente, pelas restrições impostas pelo poder público.

Em 2021, a administração da Organização continua seguindo as determinações dos Órgãos de Saúde, privando pela saúde de seus colaboradores, clientes e comunidade em geral e monitorando o mercado e suas possíveis consequências para a empresa, podendo tomar novas ações para que diminuam ou não impactem em suas demonstrações financeiras.

CASA DO
MICROCREDI
TO:04400464
000146

Assinado de forma
digital por CASA DO
MICROCREDITO:044
00464000146
Dados: 2022.03.18
14:25:13 -03'00'

MARILIA
VIEIRA
MEDEIROS DE
SOUZA:00887
070914

Assinado de forma
digital por MARILIA
VIEIRA MEDEIROS DE
SOUZA:0088707091
4
Dados: 2022.03.18
14:14:47 -03'00'

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASA DO
MICROCRÉDITO
REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021.**

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DO MICROCRÉDITO no período entre os dias 01/01/2021 a 30/06/2021, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

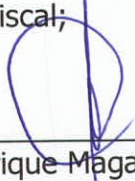
Após a apresentação do parecer da Auditoria Externa Martinelli Auditores que foi contratada para o Exercício de 2021, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas usuais, tendo sido examinados por amostragem os documentos e procedimentos contábeis.

Em nossa opinião, os documentos apresentados, os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial da entidade em 30/06/2021 em conformidade com o Parecer da Auditoria Externa.


Diante do exposto, nossa indicação é pela APROVAÇÃO, das contas da administração da entidade referente ao exercício do Primeiro semestre de 2021.

Tubarão, 01 de outubro de 2021.

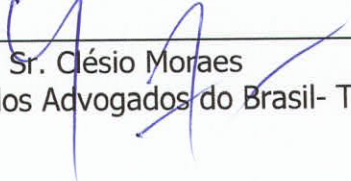
Entidade e membros do Conselho Fiscal;



Sr. Luís Henrique Magalhães Dal Molin
FAMPESC- Federação das Associações de Micro e Pequenas
Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina



Sr. Rafael Bittencourt Costa
UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina



Sr. Clésio Moraes
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil- Tubarão

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASA DO MICROCRÉDITO

REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021.

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DO MICROCRÉDITO no período entre os dias 01/07/2021 a 31/12/2021, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

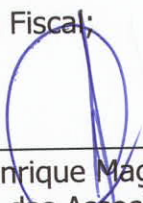
Após a apresentação do parecer da Auditoria Externa Martinelli Auditores que foi contratada para o Exercício de 2021, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas usuais, tendo sido examinados por amostragem os documentos e procedimentos contábeis.

Em nossa opinião, os documentos apresentados, os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial da entidade em 31/12/2021 em conformidade com o Parecer da Auditoria Externa.

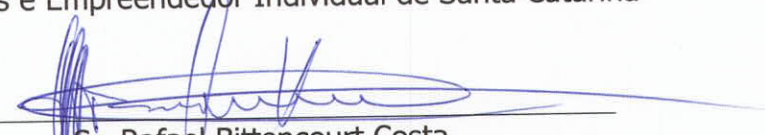
Diante do exposto, nossa indicação é pela APROVAÇÃO, das contas da administração da entidade referente ao exercício do Segundo semestre de 2021.

Tubarão, 24 de março de 2022

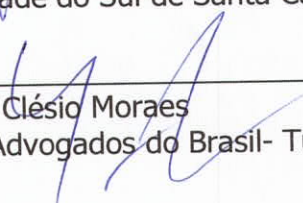
Entidade e membros do Conselho Fiscal:



Sr. Luis Henrique Magalhães Dal Molin
FAMPESC- Federação das Associações de Micro e Pequenas
Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina



Sr. Rafael Bittencourt Costa
UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina



Sr. Clésio Moraes
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil- Tubarão